

## Por escolha, não por acaso: planejamento familiar, direitos humanos e desenvolvimento

*O Relatório Situação da População Mundial 2012 e todos os respectivos materiais para imprensa e conteúdo da web estão embargados para lançamento até as 12:00 (GMT) de 14 de novembro de 2012.*

O poder de decidir o número e espaçamento entre as gravidezes é tido como natural para muitos no mundo desenvolvido e entre as elites dos países em desenvolvimento. Mas, para a maioria das pessoas dos países em desenvolvimento, especialmente aqueles mais pobres, o poder e os meios para determinar o tamanho das famílias são escassos ou inadequados. Estima-se que 222 milhões de mulheres não têm acesso a serviços, informação e insumos de planejamento familiar confiáveis e de alta qualidade, o que as põe em risco de gravidez indesejada. Nos países desenvolvidos também existem altos índices de gravidez indesejada, especialmente entre adolescentes, pessoas pobres e minorias étnicas.

A imensa necessidade não atendida de planejamento familiar persiste a despeito dos acordos e tratados internacionais de direitos humanos que promovem o direito pessoal de decidir sobre quando e com que frequência ter filhos.

Hoje, o planejamento familiar é quase universalmente reconhecido como um direito intrínseco, afirmado e apoiado por vários outros direitos humanos. Por ser um direito, deveria estar disponível para todas e todos, não apenas aos ricos ou privilegiados.

A falta de contraceptivos é apenas uma das razões pelas quais milhões de pessoas ainda não podem exercer seu direito ao planejamento familiar. Esse acesso também pode ser restringido por fatores como a pobreza, as pressões sociais negativas, a desigualdade de gênero e a discriminação. Garantir o acesso para todas as mulheres, homens e jovens requer esforços que precisam ser desenvolvidos simultaneamente em várias frentes: fortalecimento dos sistemas de saúde, introdução ou execução de leis de proteção aos direitos pessoais, redução da pobreza, enfrentamento de práticas tradicionais danosas, eliminação do casamento precoce, fim da discriminação,

remoção de impedimentos logísticos e garantia de um amplo leque de insumos.

Garantir o acesso universal ao planejamento familiar voluntário é uma questão de proteção aos direitos humanos. Mas é também uma questão de desenvolvimento econômico e social. As pesquisas têm demonstrado que o investimento no planejamento familiar colabora para a redução da pobreza, para a melhoria da saúde, para a promoção da igualdade de gênero, capacita as adolescentes a concluir o ensino e aumenta a participação na força de trabalho.

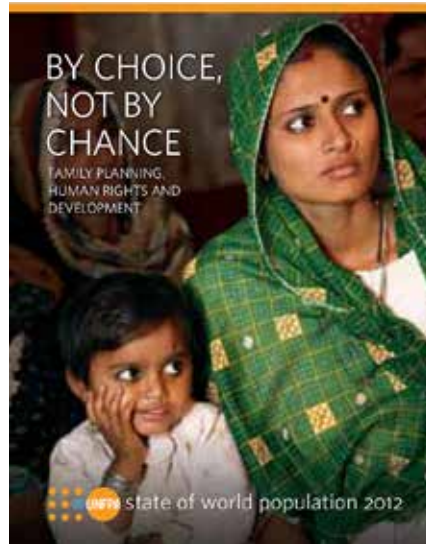
Quando pode exercer seus direitos reprodutivos, a mulher fica mais capacitada para beneficiar-se de outros direitos que também lhe cabem, tais como o direito à educação. Os resultados são maior renda, melhoria na saúde para ela e para os filhos e maior poder de decisão para ela, tanto no lar como na comunidade. Quando a mulher e o homem planejam as gravidezes em conjunto, beneficiam as perspectivas imediatas e de longo prazo de seus filhos.

Pesquisa realizada em uma comunidade de Bangladesh apontou que as mulheres que utilizaram o planejamento familiar recebiam salários 1/3 mais altos que os de suas contrapartes que não o utilizaram.

Outra pesquisa concluiu que o espaçamento de gravidezes entre 3 a 5 anos reduziu o óbito neonatal em 46% nos países em desenvolvimento.

E outra pesquisa realizada nos Estados Unidos confirmou que a maternidade durante a adolescência reduz em até 10% as chances das jovens de concluírem o ensino médio, reduzindo sua renda anual como jovens adultas em US\$2.400.

O planejamento familiar auxilia a evitar a gravidez indesejada, que pode acarretar um efeito prejudicial para a capacidade da mulher de se beneficiar de todo um leque de



outros direitos. A adolescente que engravida, por exemplo, na maioria das vezes é forçada a abandonar a escola e, assim, privada de seu direito à educação. Uma gravidez indesejada pode colocar em perigo a saúde da mulher, minar suas oportunidades de obter maior renda e prendê-la, junto com toda sua família, em um ciclo de pobreza e exclusão.

Das 80 milhões de gravidezes indesejadas que estão projetadas para ocorrer em 2012, estima-se que 40 milhões provavelmente terminarão em aborto. Tratar a necessidade não atendida de planejamento familiar no mundo todo evitaria 54 milhões de gravidezes indesejadas e resultaria em 26 milhões de abortos a menos.

A pesquisa também demonstra que, quando insumos, informação e serviços de planejamento familiar são amplamente oferecidos, as taxas de aborto são mais baixas.

Muitas das pesquisas realizadas até agora se têm focado no acesso ao planejamento familiar por mulheres e adolescentes do sexo feminino. Mas os homens, também, têm necessidade não atendida desse planejamento. Dados publicados recentemente revelam que outros grupos excluídos também têm necessidades não atendidas, tais como pessoas idosas, não casadas, minorias étnicas, refugiados, migrantes, trabalhadoras e trabalhadores do sexo, pessoas vivendo com HIV e mulheres, meninas e jovens vulneráveis à violência sexual em zonas de conflito ou em crises humanitárias.

Todo adulto, adolescente e jovem, de todos os lugares, independentemente de sexo, condição social, renda, etnia, religião ou local de residência deve poder decidir livre e responsabilmente quantos filhos ter e quando tê-los.

Atender à necessidade total de planejamento familiar voluntário e de qualidade de todas as 222 milhões de mulheres que atualmente não têm acesso a ele custaria cerca de US\$8,1 bilhões por ano.

Em julho de 2012, o UNFPA, o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, a Fundação Bill e Melinda Gates e outras instituições organizaram uma cúpula que angariou US\$2 bilhões em compromissos de financiamento entre países em desenvol-

vimento e US\$2,6 bilhões de países doadores para a oferta de planejamento familiar a mais 120 milhões de mulheres e adolescentes de países em desenvolvimento até 2020. É preciso muito mais apoio e compromisso político para eliminar toda a necessidade não atendida e capacitar a todas e todos no exercício de seu direito ao planejamento familiar.

O Relatório Situação da População Mundial 2012, baseado-se nas pesquisas mais recentes, conclama os países em desenvolvimento e desenvolvidos, as organizações internacionais e a sociedade civil a:

- **Aumentar radicalmente o apoio financeiro e o compromisso político** para garantir que o planejamento familiar baseado em direitos seja oferecido a todas e todos que o desejem, quando o desejem, e que os serviços, insumos e informações sejam de alta qualidade.
- **Promover o planejamento familiar como um direito**, cujo exercício possibilita o alcance de todo um leque de outros direitos.
- **Integrar o planejamento familiar** voluntário ao desenvolvimento econômico e social mais amplo, porque o planejamento familiar promove a ambos.
- **Eliminar os obstáculos econômicos, sociais, logísticos e financeiros** ao planejamento familiar voluntário, de forma que todas e todos que optarem por utilizá-lo tenham acesso a ele.
- **Reduzir o número de gravidezes indesejadas e abortos** através do aumento da disponibilidade, confiabilidade e qualidade de insumos e serviços de planejamento familiar.
- **Ofertar programas de planejamento familiar para a ampla escala de usuários**, incluindo adolescentes, pessoas não casadas e todos aqueles que dele necessitarem.
- **Incluir a contracepção de emergência** no leque de insumos ofertados através dos programas de planejamento familiar.
- **Envolver homens e jovens do sexo masculino** no planejamento familiar para que eles próprios possam se beneficiar, além de apoiar o direito de mulheres e jovens do sexo feminino de utilizar a contracepção.

*Para mais informações, favor contatar:*

UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas  
Divisão de Informações e Relações Exteriores  
Unidade de Mídia e Comunicação  
605 Third Avenue  
6th Floor  
New York, NY 10158  
Tel. +1-212 297-4992  
E-mail: kollodge@unfpa.org

O relatório completo nos idiomas árabe, inglês, francês, russo e espanhol, juntamente com relatos, vídeos, fotos e outros recursos para a imprensa, está disponível online no site [www.unfpa.org](http://www.unfpa.org); a versão em português pode ser encontrada em [www.unfpa.org.br](http://www.unfpa.org.br)